



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGÜÍSTICA
2009 2025-2027

10.18764/2525-3441V10N27.2025.09

Nosso grito em campanha: o letramento crítico decolonial como mecanismo de insurgência contra a matriz cisheterossexual

Our cry in campaign:
decolonial critical literacy as a mechanism of insurgence against the
cisheterossexual matrix

Lucas Santos de Assis

<https://orcid.org/0000-0001-9477-5461>

Flávia Colen Meniconi

<https://orcid.org/0000-0001-5182-258X>

Resumo: Por meio de uma categorização social, que toma a raça e o gênero como fatores primordiais, povos e culturas inteiras foram estigmatizadas e marginalizadas em detrimento da imagem hegemônica do homem caucasiano, cisheterossexual, cristão e eurocentrado, resultando na demonização, patologização e aniquilação das práticas sexuais divergentes da cisheterossexualidade. Assim, o referido trabalho, inserido no viés da Linguística Aplicada Transviada e do Letramento Crítico Decolonial, tem por objetivo analisar o desenvolvimento da criticidade de discentes de uma turma da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio em três campanhas produzidas em aulas de Língua Portuguesa, tematizadas por questões de sexualidades e de gêneros. Para tanto, foi seguida uma pesquisa-ação de cunho qualitativo. A pesquisa possibilitou ampliar o horizonte dos(as) participantes por meio da reflexão crítica acerca das vidas outras, permitindo a análise dos fenômenos sociais responsáveis por marginalizar corpos e subjetividades humanas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Letramento Crítico Decolonial; Língua Portuguesa; Sexualidades Outras.

Abstract: Through a social categorization that takes race and gender as primary factors, entire peoples and cultures have been stigmatized and marginalized to the detriment of the hegemonic image of the Caucasian, cisheterossexual, Christian, and Eurocentric man, resulting in the demonization, pathologization, and annihilation of sexual practices that diverge from cisheterossexuality. Thus, this work, inserted in the bias of Transviada Applied Linguistics and Decolonial Critical Literacy, aims to analyze the development of critical thinking among students of a class of High School Youth and Adult Education in three campaigns produced in Portuguese Language classes, themed around issues of sexuality and gender. To this end, a qualitative action research was followed. The research made it possible to broaden the horizons of participants through critical reflection on other lives, allowing for the analysis of social phenomena responsible for marginalizing human bodies and subjectivities.

Keywords: Youth and Adult Education; Decolonial Critical Literacy; Portuguese Language; Other Sexualities.



INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Sexualidades outras na Educação de Jovens e Adultos: o estímulo da criticidade como enfrentamento à colonialidade de gênero em aulas de Língua Portuguesa* (Assis, 2024), em que se buscou um ensino de Língua Portuguesa crítico, reflexivo e dialógico em contextualização com as questões relativas às sexualidade humanas.

Ao discutirmos sobre sexualidades e gêneros, resgatamos a necessidade de desconstruir toda uma rede de discursos reguladores dos corpos humanos, problematizando o que se convencionou como o padrão/natural. Uma busca por caminhos outros que interpretem e atendam às necessidades do mundo atual, um mundo cada vez mais diversificado. Assim, ao trazermos o conceito de caminhos outros (Assis, 2024), entendemos que as subjetividades humanas e as relações sociais estabelecidas podem ser interpretadas por novas visões, ou seja, uma práxis que resgate modos de compreensão do mundo que foram historicamente marginalizados.

Nesse viés, chamamos atenção para o conceito de colonialidade (Quijano, 1999) para compreender, de forma mais profunda, a visão de mundo construída sob a concepção eurocentrada, caucasiana, patriarcal, cisheterossexual e cristã difundida pelos grupos de colonizadores que invadiram a América e a África. Por mais que o processo de colonização tenha chegado ao seu fim, vivenciamos suas sequelas, manifestadas nas formas de racismo, xenofobia, machismo, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa etc., uma vez que, durante a colonização, foi erguida uma classificação social que tomava os moldes eurocentrados como base angular, e todas as formas de ser que se afastavam da imagem e dos costumes do sujeito branco e cisheterossexual eram inferiorizadas, marginalizadas, patologizadas e pecaminosas.

Relações sexuais que rompiam com a cisheterossexualidade decaíram ao maldito e os/as indivíduos/as acusados/as como seus praticantes foram perseguidos/as e punidos/as severamente, pois, tais hábitos, considerados anormais, perturbavam a ordem natural da humanidade, em que o homem e a mulher precisavam seguir e desempenhar os papéis sociais cabíveis aos seus gêneros, objetivando a união sexual benigna, com a única finalidade da

reprodução. Essa concepção encontra-se fortemente enraizada na sociedade, justificada pelos altos índices de violência e assassinato da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais (LGBTQIA+), a exemplo do Brasil, um dos países que mais mata pessoas trans no mundo¹.

Para almejarmos uma sociedade pacífica, compreensível, justa e equânime, precisamos promover discussões que resgatem os saberes e as práticas socioculturais de grupos historicamente marginalizados, possibilitando que novas visões de mundo adentrem as mais diversas esferas sociais. Trazer as vozes daqueles que foram/são rechaçados por uma lógica operacional que escolhe quem é digno de viver e quem não é (Bezerra; Souza, 2023), para entendermos o motivo de como determinadas subjetividades humanas são, constantemente, invalidadas pela lógica colonialista.

Assim, compreendemos que a sala de aula é um dos ambientes que mais podem contribuir para o debate acerca dessas problemáticas sociais, em que as discussões geradas permitirão a problematização dessa lógica operacional colonialista. Para tanto, realizamos a presente pesquisa durante as aulas de Língua Portuguesa em uma turma do quarto período da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública do agreste alagoano, partindo do pressuposto de que a língua/linguagem é uma ferramenta de poder que pode legitimar ou deslegitimar determinadas relações humanas e suas subjetividades. Assim, o referido trabalho, inserido no viés da Linguística Aplicada Transviada e do Letramento Crítico Decolonial, tem por objetivo analisar o desenvolvimento da criticidade de discentes de uma turma da EJA em três campanhas produzidas em aulas de Língua Portuguesa, tematizadas por questões de sexualidades e de gêneros

O estudo encontra-se dividido em mais cinco seções, além desta introdução. Na seção intitulada Sexualidade outras na Linguística Aplicada Transviada: pensando sobre a colonialidade de gênero, debatemos como os papéis de gêneros foram disseminados pelos grupos colonizadores nas comunidades originárias, pois, muitas não possuíam o senso regulador binário de gêneros. Em O Letramento Crítico Decolonial, discutimos como a sala de aula,

¹Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-registrou-145-assassinatos-de-pessoas-trans-no-ano-passado>. Acesso em 23 de nov. de 2024.

especificamente no ensino de língua, pode atuar como um espaço de enfrentamento às injustiças e distinções sociais. Já na seção As trilhas percorridas: uma metodologia, apresentamos a metodologia seguida para a realização da pesquisa. Trazemos as análises e discussões das campanhas na seção Ame sem preconceito: nosso grito em campanha, e finalizamos com as considerações finais.

SEXUALIDADES OUTRAS NA LINGUÍSTICA APLICADA TRANSVIADA: PENSANDO SOBRE A COLONIALIDADE DE GÊNERO

Encontramos nos preceitos da *Linguística Aplicada Transviada* (Bezerra, 2023), uma conceitualização para referir-se às pessoas que divergem dos preceitos da matriz cisheterossexual, ou seja, a comunidade LGBTQIA+. O termo *transviado(a)* consegue demonstrar como as pessoas dessa comunidade são posicionadas a um local de marginalização e subalternização em decorrência das transgressões que suas formas de existir provocam na categorização dos corpos humanos.

Por sua vez, essa categorização segue uma base hegemônica na sociedade, a matriz cisheterossexual (Assis; Silva, 2024), que estabelece a binaridade homem X mulher como reguladora do sexo e do gênero. Tais preceitos justificam-se por meio de um senso biologicista que toma a reprodução como fundamento e propósito divino da humanidade. Nessa perspectiva, baseamo-nos nas ponderações de Butler (2018; 2022) e Lugones (2014; 2020) para afirmar que essa classificação opera a favor de dispositivos sociais coloniais que estigmatizam e marginalizam corpos que transcendem com a binaridade cisheteronormativa eurocentrada, ou seja, pessoas trans, travestis, drags, gays, lésbicas etc.

Lugones (2014) parte da conceitualização de *colonialidade de gênero*, demonstrando como as relações de poder existentes entre o senso binário homem X mulher, bem como as imposições de papéis de gênero, foram amplamente disseminadas pelos grupos de colonizadores europeus nos povos originários da América e de África. Os estudos de Lugones partem de discussões como as pesquisas de Allen (1992) e Oyěwùmí (2017), a primeira discorrendo sobre as etnias indígenas americanas e a segunda sobre a comunidade Yoruba.

Nas duas pesquisas é revelada a relação de poder entre homens e mulheres que predominava antes da imposição do sistema colonial cisheteronormativo, em que a figura feminina detinha autonomia social e poderia figurar como autoridade religiosa e líder da comunidade. O contato com o grupo colonizador desestrutura esse sistema matriarcal, impondo o direcionamento da autoridade maior ao ser masculino, sendo impensável uma mulher como líder maior de uma comunidade. Instituído a binaridade homem X mulher e designando os papéis sociais cabíveis ao exercício de cada gênero.

A autora também aponta como exemplo o trabalho de Horswell (2005), em que o estudioso apresenta a existência de práticas homoafetivas em diversas sociedades nativas das Américas, além de usarem a expressão *terceiro gênero*, que necessariamente não implica na existência de

três gêneros, e sim que se trata, mais especificamente, de uma forma de se desprender a bipolaridade do sexo e do gênero. O 'terceiro' é emblemático para outras possíveis combinações para além do dimorfismo. O termo berdache é usado, por vezes, como 'terceiro gênero'. Horswell conta que o berdache homem foi registrado em quase 150 sociedades da América do Norte e a berdache mulher, na metade desse mesmo número (Lugones, 2020, p. 69, grifos da autora).

À luz dos dados de Lugones (2020), podemos tecer que o contato com os costumes cisheteronormativos da comunidade eurocentrada instituiu papéis de gênero em comunidades que não os possuíam. Além de patologizar e pecaminar práticas sexuais divergentes da matriz cisheterossexual, com o objetivo de hegemonizar e disseminar os preceitos considerados cabíveis às relações humanas e firmar a concepção patriarcal, relegando ao homem cisheterossexual o papel de líder.

Estudos pertinentes para tal discussão sobre a homoafetividade em povos originários são os escritos de Trevisan (2018), contidos no livro *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. A obra faz um percurso importante dos principais atos e pessoas que se destacaram por sua forma de transgredir com a matriz cisheterossexual no território brasileiro, desde o seu estado de colônia de Portugal até os dias atuais.

As escrituras de Trevisan (2018) nos permitem depreender que atos sexuais distintos da prática cisheterossexual no Brasil eram praticados desde muito antes do homem branco português/europeu pisar os pés aqui pela primeira vez, sendo amplamente aceitos por diversas etnias indígenas. Na época, a Igreja

Católica conceituava práticas homoafetivas, tanto entre homens como entre mulheres, como *pecado nefando*, um dos piores pecados cometidos pelo ser humano, punindo severamente a pessoa apontada e/ou acusada de ter cometido tal pecado com castração, amputação, açoite, exílio, entre outros métodos, dos quais o mais extremo era a morte na fogueira.

Como forma de concretizar seus postulados, o autor nos traz uma série de relatos escritos por religiosos que se comprometeram a explorar as terras brasileiras e converter os seus habitantes nativos ao cristianismo, a exemplo de Pero Magalhães de Gândavo que, no ano de 1576, relatou as práticas homoafetivas exercidas pelas mulheres indígenas Tupinambá (Trevisan, 2018). No meio religioso, as práticas homoafetivas como ritos também eram utilizadas pelos indígenas das terras brasileiras, conforme

o escandalizado Von Martius contava que entre os xamãs brasileiros 'a magia se transmite por sensualidade, e predominará por muito tempo ainda nos povos selvagens, enquanto não se tornarem castos'. Para tanto, 'o velho pajé escolhe um rapaz com o qual fica algum tempo em lugar solitário', e o que deveria funcionar 'como iniciação nos segredos da feitiçaria serve apenas para entregar sexualmente o aluno a seu mestre' (Trevisan, 2018, p. 57, grifos do autor).

6

Nessa perspectiva, a colonização degenerou toda uma rede pluricultural, convertendo os costumes dos povos indígenas em infames, bestiais e pagãos, visando a supremacia dos costumes eurocêntricos por meio do apagamento/silenciamento das práticas sociais exercidas pelas comunidades indígenas. Os induzindo a firmarem a distinção de gêneros entre seus componentes, designando atribuições sociais mediante os fatores biológicos de reprodução, nítido na pesquisa do alemão Avé-Lallement que

Em 1859, ao viajar pelo Nordeste brasileiro, [...] tentava uma explicação ao escrever que, entre os índios Botocudo, não havia homens e mulheres mas homens-mulheres e mulheres-homens, pois sua própria constituição física não variava muito de um sexo para o outro — ao contrário do sistema patriarcal-ocidental, responsável pelos padrões de força no homem e de fragilidade na mulher (Trevisan, 2018, p. 56).

Lugones (2014; 2020) e Trevisan (2018) tecem um panorama teórico e histórico que nos permite repensar sobre como tais concepções de gêneros e suas designações baseadas no físico e no sistema reprodutivo dos corpos se hegemonizaram em nossa sociedade, partindo da inferiorização e estigmatização

de práticas culturais existentes há muito tempo antes da invasão europeia das terras que constituiriam a atual América, de sul a norte.

Na perspectiva de Butler (2018), sexo e gênero e os seus são performativos, ou seja, constroem-se por meio de estilos corporais, de atos culturais e discursivos. O gênero constitui-se como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2022, p. 69). Nesta ceara, os discursos coloniais eurocentrados e cisheterossexuais não apenas descrevem o corpo humano, mas o concretizam por meio da repetição e da reprodução de crenças e de estilos reguladores do comportamento humano, ditando os papéis sociais que cada sexo e gênero devem desempenhar.

Como argumenta Salih (2015), “as diferenças sexuais e de gênero são performativamente instauradas pelo discurso e no discurso, poderia ser possível designar ou conferir a identidade com base num conjunto alternativo de atributos discursivamente constituídos” (Salih, 2015, p. 124). Os corpos passam a performarem os comportamentos e práticas pré-estabelecidas discursivamente para a fisionomia biológica, guiados pela binaridade homem X mulher. O corpo assume essa materialidade discursiva regulada pelo senso binário, passando a performar socialmente os papéis de gênero socialmente instituídos e aceitos que regulam os corpos e os impulsiona a assumirem determinada estilização apropriada.

Por meio deste percurso histórico-teórico podemos chegar à conclusão de que os corpos, as sexualidades e os gêneros dissidentes da lógica binária e cisheteronormativa dos preceitos colonizadores sofrem com um agenciamento que os consideram como inferiores.

O LETRAMENTO CRÍTICO DECOLONIAL

Os estudos decoloniais objetivam resgatar saberes e formas de ser apagadas/silenciadas pela colonialidade. Este conceito, *decolonialidade*, é proposto por estudiosos e estudiosas que compõem o grupo *Modernidade/Colonialidade*, defendendo o giro decolonial, uma “perspectiva marcada pelo enfrentamento das racionalidades eurocêntricas, construídas nas Américas” (Bezerra, S.S.; 2019, p. 902), com a intenção de refletir sobre o atual

sistema em vigor nas nações colonizadas por países europeus. Além de perceber como as relações sociais e as formas de governo estruturam-se por meio da fundamentação capitalista de exploração, humana e da natureza, propagada na colonização.

Walsh (2013) chama a atenção para o uso do termo *decolonial*, comumente substituído por outros pesquisadores e pesquisadoras pelo termo *descolonial*, a exemplo de Quijano (1999). Para Walsh (2013), é preferível o uso da nomenclatura *decolonial*. Enquanto *descolonial* remete às lutas de libertação das colônias, dando a ideia de superação das opressões perpetradas pela nação colonizadora, o termo *decolonial* denota a ideia de uma luta contínua e ininterrupta, evidenciando a permanência das estruturas opressoras colonizadoras.

Neste trabalho usamos o termo decolonial, consciente de que as mazelas ocasionadas pelo colonialismo ainda persistem na contemporaneidade e somos atingidos, diariamente, por atos opressivos que buscam o apagamento/silenciamento de formas outras de ser e de saber. Opressões que são manifestadas nas formas de racismo, de LGBTfobia, de xenofobia, de misoginia etc., pervertendo construções sociais e diferentes maneiras de enxergar e perceber o mundo, distintas daquelas propagadas pelo sistema capitalista eurocentrado.

Como professores de línguas e pesquisadores engajados nas teorias da Linguística Aplicada Transviada, assumimos uma ética decolonial. Conforme aborda Teixeira (2021), adotar uma ética decolonial diz respeito a resgatar valores menosprezados historicamente, centrando nos ideais de fraternidade e empatia com o próximo. Esse próximo acentuando-se como aquele que foi incapacitado e roubado do seu papel ativo em exercer direitos plenos de cidadania, constantemente relegado ao lugar de subordinação.

É em Freire (2022) que podemos encontrar as primeiras evidências de uma pedagogia voltada ao enfrentamento das injustiças e das opressões sociais. Seus textos, a exemplo de *Pedagogia do Oprimido*, advogam em prol de um ensino reflexivo e crítico, permissível ao expandir de ideias e visões de mundo. E, sobretudo, visa uma autoconscientização dos sujeitos e de suas situações sociais, buscando ações de melhorias e transformações do contexto ao qual

estão inseridos, especialmente na questão da libertação das amarras opressoras da sociedade.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (Freire, 2022, p. 29).

Tal discussão nos transporta para o que Soares (2008) chama de *Letramento Crítico*. Uma perspectiva que pode ser entendida como "um conjunto de práticas socialmente construídas que podem ser usadas para questionar os valores, tradições e formas de poder já constituídos em nossa sociedade" (Soares, 2008, p. 75), nos indagando como e por qual motivo tais valores se firmaram como *corretos* e outros como *incorretos*. Letramento Crítico, nesse panorama, pode ser compreendido como uma interpretação, uma construção e uma reconstrução social que vai muito além da sala de aula (Cosson, 2018).

Ao assumir o compromisso com a formação de cidadãos/ãs letrados/as, críticos/as, conscientes de si, do seu entorno, dos seus direitos de cidadania e capazes de perceberem como as mazelas da colonialidade ainda exercem forte influência sobre a sociedade, nos apoderamos do conceito de *Letramento Crítico Decolonial* (Meniconi; Ifa, 2024), que abarca as discussões teóricas acerca do Letramento Crítico e da decolonialidade. Assim, o trabalho guiado pelos vieses do Letramento Crítico Decolonial auxiliou no fomento das discussões reflexivas em sala de aula, respaldadas por uma temática delicada e polêmica na sociedade, a sexualidade.

O Letramento Crítico Decolonial pode ser entendido como uma forma de engajamento em metodologias de ensino e aprendizagem comprometidas com a reflexão social, a fim de ampliar as possibilidades de interpretação acerca de uma determinada temática, estimulando o aluno a assumir uma postura crítica e autocrítica perante as situações que lhe são apresentadas. A partir do Letramento Crítico Decolonial, incentivamos os/as alunos/as a saírem de suas zonas de conforto, por meio de uma práxis que os levem a perceberem de forma crítico-reflexiva as situações que ocorrem em seu entorno, especialmente ligadas às injustiças e opressões sociais que encontram suas raízes na colonização,

responsáveis por julgarem e relegarem seres humanos às posições de estigmatização social.

O Letramento Crítico Decolonial, assim, pretende ir além dos conteúdos escolares focados na exposição da gramática e do vocabulário da língua, permitindo que o sujeito se autocritique, se posicione e interprete os múltiplos discursos manifestados por meio da/na linguagem. Trata-se, não apenas de estimular o uso da língua de forma coesa e coerente por meio de processos de ensino e aprendizagem direcionados para a leitura e produção textual, por exemplo. Mais do que isso, pretende-se, por meio de práticas voltadas para o Letramento Crítico Decolonial, estimular o debate e as discussões em sala de aula que problematizem as situações sociais, com vistas à transformação social. E, em como o/a docente busca trabalhar com essas questões em sala de aula, permitindo que o alunado seja capaz de se autocriticar e refletir acerca de suas posições. Como afirmam Meniconi e Ifa (2024, p. 142), "o letramento crítico decolonial poderia ser concretizado por meio de procedimentos e ações em sala de aula que fomentassem mudanças de olhares, posicionamentos e comportamentos sociais".

10

AS TRILHAS PERCORRIDAS: UMA METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, em que o texto é o material investigado (Flick, 2009) e, em relação ao tipo de pesquisa, se enquadra no estudo de campo (Marconi; Lakatos, 2002), pois, aprofunda-se em um determinado local, ou seja, uma turma do 4º período da EJA/Ensino Médio.

Além de gerar dados, a pesquisa objetivou intervir na realidade trabalhada, repensando/reconstruindo concepções acerca de temas de um grupo marginalizado, a comunidade LGBTQIA+. Desse modo, foi seguido os pressupostos da pesquisa-ação, pois desenvolveu uma "estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo" (Thiollent, 1986, p. 15).

Por termos trabalhado a questão das sexualidades e dos gêneros na sociedade e das políticas públicas em prol da comunidade LGBTQIA+, a pesquisa-ação foi o caminho metodológico que encontramos para transformar o fazer

docente em sala de aula centrado, muitas vezes, no trabalho com a língua desvinculada das problematizações sociais, já que a “pesquisa-ação é vista como forma de engajamento sócio-político a serviço da causa das classes populares” (Thiollent, 1986, p. 14). Assim, por meio de aulas temáticas baseadas no trabalho crítico-reflexivo com diferentes gêneros textuais em sala de aula, mobilizamos um grupo de estudantes a refletirem sobre as imposições sociais e políticas que atingem e marginalizam a comunidade LGBTQIA+, levando-os/as a se conscientizarem, por meio de atividades de leitura, discussão e produção escrita, acerca das consequências negativas geradas por essa marginalização.

A interação entre os/as docentes-pesquisadores/as e os/as participantes foi fundamental no processo de desenvolvimento desta pesquisa-ação, pois, foi por meio de diálogos que chegamos às “informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação passiva” (Thiollent, 1986, p. 24). Desse modo, os debates realizados durante as aulas temáticas configuram-se como o principal meio de interação entre os/as participantes da pesquisa. Tendo em vista que, por meio das discussões realizadas em sala de aula sobre casos de violências e discursos de ódio destinados às pessoas LGBTQIA+, chegamos a um consenso a respeito de vidas humanas que sofrem, que possuem seus corpos violentados e matados em decorrência desses discursos.

As campanhas foram produzidas no decurso de 7 aulas temáticas, cada uma com 1h de duração, em que foram debatidas pautas da comunidade LGBTQIA+. Na primeira aula temática, intitulada *Sobre(vivências)*, exibimos o documentário *Sobrevivências*², que traz relatos de pessoas da comunidade LGBTQIA+. No documentário encontramos histórias de vidas marcadas pelo preconceito, pela violência e pela não aceitação de seus familiares por ser assumirem pessoas LGBTQIA+, mostrando o medo, a tristeza e insegurança que muitas dessas pessoas sentiram e ainda sentem.

São histórias de pessoas que encontraram no automutilamento, no uso de drogas e álcool em excesso e nas várias tentativas de suicídio uma forma de escapar das imposições de uma sociedade preconceituosa. Em nossa visão, levar o documentário para a turma contribuiu para mostrar a eles que muitas vidas

2 **Sobre Vivências - Documentário LGBT.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3HpfRWEYVqM>. Acesso em 17 de out. de 2023.

sofrem e são perdidas, constantemente, em decorrência dos casos de preconceito e *bullying* que começam na escola e no ceio familiar.

Depois de exibir o documentário, iniciamos a segunda aula, a qual nomeamos de *Me sensibilizar em relação ao próximo*, momento que debatemos acerca das histórias de vidas que nos foram apresentadas. Para direcionar nossas discussões, incitamos a participação da turma por meio das seguintes indagações:

1. Qual relato mais te chamou atenção? Por quê?
2. Essas pessoas sofreram algum tipo de trauma? Qual?
3. Na opinião de vocês, isso acontece muito na atualidade? Você já presenciou algo do tipo?
4. Ao refletir sobre nossas ações, você já cometeu alguma ofensa contra uma pessoa LGBTQIA+?

Em seguida, mostramos um vídeo da Deputada Érika Hilton durante o certame sobre o Projeto de Lei que tornava o casamento homoafetivo ilegal. Os alunos ponderaram que a deputada falava muito bem, com uma boa dicção e que a comunidade LGBTQIA+ necessita de um espaço político para lutarem por seus direitos e representarem suas comunidades. Após o vídeo, mostramos uma imagem de um casal homoafetivo masculino com seus dois filhos.

Na terceira aula, intitulada *A campanha que grita*, apresentamos aos/as discentes, por meio de slides preparados por nós, as especificidades do gênero campanha, onde circulam, quais suas funções sociais e como produzir uma. Após essas explicações, analisamos e debatemos três amostras de campanhas.

Após as discussões da aula anterior, partimos para a produção das campanhas sobre a conscientização das causas LGBTQIA+. Essa etapa de produção textual durou duas aulas temáticas, ambas intituladas de *O meu grito em cartaz*. A turma foi dividida em três grupos, cada grupo responsável por elaborar uma campanha. Os/as discentes foram orientados/as a não plagiarem textos encontrados na internet e, para facilitar as produções, levamos cartolina, tinta, marcadores, régua, cola, lápis, caneta, borracha e algumas imagens impressas que eles/elas poderiam recortar e fazer colagens em suas produções.

Após a conclusão das produções textuais, desenvolvemos o momento de socialização das campanhas produzidas pela turma. Para tanto, realizamos um pequeno seminário em que cada grupo apresentou a campanha produzida. Para

este momento de socialização, dedicamos duas aulas, intituladas *Socializando minhas produções*.

Como a referida pesquisa tinha o objetivo de analisar a criticidade dos/as discentes em campanhas produzidas nas aulas de Língua Portuguesa, em uma turma da EJA, o trabalho com a linguagem se fez essencial. Desse modo, corroboramos com a ideia de interligação entre a língua/linguagem e os sujeitos que as produzem, assim como as suas histórias de vida (Brait, 2012), buscando refletir como as temáticas acerca das sexualidades outras podem ser trabalhadas na/pela língua/linguagem. Nessa direção, se faz necessário salientar que os/as participantes tinham uma faixa etária entre 18 e 60 anos, e suas vivências enquanto pessoas que trabalham, estudam e cuidam da família se fizeram essenciais para interpretarmos seus posicionamentos.

Assim, as interpretações e análises realizadas partem das produções dos/as alunos/as tomando-as como enunciados concretos, uma vez que, o enunciado "encontra-se em constante estado responsivo não somente porque foi projetado para a compreensão ativa de um auditório previsto ou esperado, mas também porque implica do falante uma reação a outros interlocutores" (Stella; Brait, 2021, p. 162).

Nesse sentido, ao analisarmos as produções por meio das bases epistemológicas da Linguística Aplicada Transviada, consideramos que a língua/linguagem pode atuar como ferramenta de combate às opressões sociais e de mobilização agentiva. Analisar as produções por essa vertente é perceber o modo como os/as alunos/as construíram um panorama social transgressivo no que tange as imposições binárias de gêneros e sexualidades.

AME SEM PRECONCEITO: NOSSO GRITO EM CAMPANHA

Nesta seção, apresentamos e analisamos as três campanhas produzidas pelos/as discentes, tomando como base os pressupostos teóricos apresentados anteriormente. As produções ocorreram de forma harmoniosa, sem resistência por parte dos/as discentes, uma vez que, todos/as se mostraram participativos/as e empolgados/as durante a produção. Também salientamos que as produções foram direcionadas no que tange a uma ação social de clamor por respeito, aceitação e inclusão das pautas da comunidade LGBTQIA+.

Abaixo, temos a campanha produzida pelo grupo 1, com destaque para o termo *Homofobia*.

Figura 01



Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Nesta campanha, observamos que os/as discentes utilizaram elementos imagéticos associados a comunidade LGBTQIA+. Além das tradicionais cores da bandeira representativa da comunidade, em formato de arco-íris, trouxeram a imagem do cantor inglês Sam Smith, segurando a bandeira da comunidade, no canto superior direito; e, no canto inferior esquerdo, a imagem do vocalista da banda norte-americana *Imagine Dragons*, Dan Reynolds, ostentando a mesma bandeira. Ambos os artistas são militantes das causas LGBTQIA+, especialmente Sam, assumidamente não-binário e que vem quebrando padrões de gêneros em seus clips musicais e shows.

Em nossa concepção, é notória a habilidade do grupo no uso de tais imagens. Ao remeter a um conjunto de cores específicas e ao apresentar artistas que assumem uma postura militante, imediatamente percebemos a intenção do grupo em chamar a atenção do interlocutor a um grupo exclusivo da sociedade, a comunidade LGBTQIA+. No centro da campanha, destaca-se o termo *Homofobia*, rodeado de setas que indicam consequências geradas por atos homofóbicos: o ódio, o preconceito, o crime, a morte, a ignorância e a rejeição.

Além disso, verificamos que os/as discentes refletiram acerca dessas consequências que infringem vidas outras. Dessa forma, como o objetivo principal de uma campanha é persuadir a uma determinada causa social, levando

"as pessoas a uma atitude ou a um comportamento diante de um problema social" (Souza, 2017, p. 26), a atitude tomada pela primeira campanha busca alertar as pessoas sobre as consequências que atentam vidas humanas, submetendo-as à marginalização social e a um sofrimento físico e mental que desencadeia diversas sequelas. Os alunos denunciam ações homofóbicas mediadas pela colonialidade, partindo de percepções "de mundo que estão fundamentadas nas fundações das chamadas nações ocidentais capitalistas e que são reproduzidas em todas as suas instâncias como família, escola, igreja, mídia, etc." (Souza; Oliveira, 2022, p. 194).

Ainda, nessa primeira campanha, há a seguinte frase: "Quem ama, respeita!". Compreendemos que essa afirmativa pode ser interpretada como uma maneira de aludir a um senso de sentimentalidade humana que pode ultrapassar as barreiras sociais impostas, na tentativa de realocar as pessoas dissidentes da matriz cisheterossexual a um posto de humanidade. E, ao serem reconhecidas como seres humanos dotados de pensamentos, de afetos e de sentimentos, passamos a repudiar as classificações sociais de inferiorização social que "atende aos interesses de escravização moderna e à subordinação contemporânea dos/as que são marcadas por suas presenças anunciadas como dissidentes" (Teixeira, 2021, p. 34).

Passamos agora para a campanha produzida pelo segundo grupo, que tem como centralidade a frase: "Ame sem preconceito".

Figura 02



Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Na campanha acima, assim como a primeira, os/as discentes usaram cores que remetem à bandeira LGBTQIA+ e trazem personalidades públicas militantes das causas da comunidade. No lado esquerdo, de cima para baixo temos um casal se beijando, a cantora Ludmila e sua namorada se abraçando e o ex-participante do *Big Brother Brasil*, Gil do Vigor.

Vemos o desenho de uma bandeira colorida sustentada por um mastro também colorido. No centro, temos os dizeres grafados em maiúsculas: "AME SEM PRECONCEITO". É possível interpretar tais dizeres como uma tentativa do grupo em dar ênfase ao direito de amar das pessoas, em que o preconceito não deve preencher as ações afetivas entre os humanos. Ao solicitar, no texto produzido, que o preconceito seja deixado de lado, observamos a consciência dos/as estudantes em relação à liberdade de amar e ser amado sem sofrimento. Como medida de reforçar esse posicionamento, existem outras frases que rodeiam a bandeira: "Amar Sem Fronteiras", acima da bandeira; e, "Amar é Respeitar", abaixo da bandeira.

Interpretamos a expressão "Amar Sem Fronteiras" como um meio de enxergarmos para além das fronteiras que foram delimitadas pela matriz cisheterossexual eurocêntrica, passando a incluir formas outras de afetos, de sexualidades e de gêneros. Assim, a campanha expande os horizontes dos interlocutores por meio da viabilização da maior luta da comunidade LGBTQIA+, a de formarem casais e possuírem os mesmos direitos civis que os casais cisheterossexuais.

Observamos ainda que o grupo se posiciona de forma ativista, com base na Linguística Aplicada Transviada, ao dizer que os amores atravessam as fronteiras estabelecidas pelo sistema colonialista cisheteronormativo, agindo com "protagonismo na produção de inteligibilidades sobre corpos e subjetividades marginalizadas a fim de lhes possibilitar a reflexão sobre formas de superar essas relações de opressão" (Bezerra, 2023, p. 173). É nesse ponto, portanto, que entendemos o quanto o trabalho do Letramento Crítico Decolonial pode contribuir para o exercício da consciência crítica dos estudantes ao propiciar a compreensão das sexualidades outras presentes em nossa sociedade, e ao entenderem que corpos e subjetividades humanas são marginalizadas em decorrência de serem quem são.

Ao considerarmos que essas interações sociais são atravessadas pela linguagem, verificamos como ela se estabelece como um mecanismo de poder, reguladora dos corpos e das subjetividades humanas, reproduzindo e disseminando discursos (Assis; Silva, 2024) dotados de ideologias coloniais. Assim, acreditamos que o trabalho pedagógico com a produção de campanhas em sala de aula pode contribuir como uma proposta interventiva na sociedade, em que a linguagem se torna uma forma inquietação, perturbação e reflexão acerca os discursos coloniais reguladores, bem como, atuando na responsividade dos/as alunos/as enquanto emissores de enunciados concretos que estabelecem relações dialógicas com outros enunciados (Bakhtin, 2016). Pois, "se nós somos colocados em ato por meio das forças produtivas que nos põem em cena, é preciso que nós questionemos as estruturas pelas quais nós representamos a realidade que nos cerca e os parâmetros pelos quais nós agimos no mundo, diante das pessoas" (Teixeira, 2021, p. 78). Diante disso, consideramos que a pesquisa-ação demonstrou seu caráter interventivo por meio das campanhas, pois, os grupos maturaram seus posicionamentos e reconheceram a comunidade LGBTQIA+ como seres humanos detentores de direitos.

Assim como as anteriores, na terceira campanha há o uso de imagens que remetem à comunidade LGBTQIA+ e frases que clamam pelo respeito e pela união contra a homofobia.

Figura 03



Fonte: dados gerados pela pesquisa (2023).

Na parte superior da campanha, temos os dizeres “O Mundo Precisa de Paz e Respeito”, que interpretamos como uma conscientização coletiva do grupo em perceber que a LGBTfobia é um problema de proporção mundial. Atualmente, diversos países reforçam os pressupostos da Colonialidade de Gênero ao determinarem leis que punem toda forma de divergência da matriz cisheterossexual com morte e/ou prisão, a exemplo da Arábia Saudita, da Nigéria, do Iêmen, do Afeganistão e do Mauritânia³, o que firma a concepção “de que há corpos e subjetividades, particularmente aqueles que estão mais às margens da humanidade, cujas violências sofridas parecem ser autorizadas, e por vezes estimulada, pelo regime sociopolítico hegemônico” (Bezerra, 2023, p. 127).

Ao escreverem o “mundo precisa de paz e respeito”, podemos considerar a necessidade de respeito por essas vidas outras, visto que, mesmo que divirjam de um senso hegemônico na sociedade e tomado por diversas esferas sociais como o cabível da humanidade, estamos falando de pessoas que também possuem o direito à vida e o domínio de seus próprios corpos.

Para firmar esse direito como um fator universal precisamos, a todo instante, especialmente nos últimos anos, unir forças, como fica claro na segunda frase presente na campanha: “Todos juntos contra a homofobia!”. É essencial posicionarmos contrários aos discursos de figuras públicas que acenderam aos poderes governamentais, reproduzindo valores coloniais de exploração e de classificação social (Lugones, 2014; Quijano, 1999) baseados nos pilares da binaridade, seja por meio do gênero, sexo, raça e classe social.

Esses líderes mundiais encontraram, nos meios digitais de comunicação, uma maneira de disseminar suas ideologias e de influenciar um alto número de pessoas a adotarem seus posicionamentos. Aqui, o uso da linguagem é um fator fundamental, seja na forma de enunciado verbais e/ou verbo-visuais (Bakhtin, 2016), uma vez que ela atua como um mecanismo de poder, pondo em repercussão as ideologias fascistas, nazistas, racistas, LGBTfóbicas, machistas etc. em detrimento “da destruição dos outros sujeitos [que divergem da matriz cisheterossexual caucasiana e eurocentrada] a fim de retroalimentar suas

³ Os países que punem a homossexualidade com pena de morte. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64252532#:~:text=Em%20seis%20pa%C3%ADses%2C%20a%20lei,%2C%20Ir%C3%A3%2C%20Maurit%C3%A2nia%20e%20Nig%C3%A9ria>. Acesso em: 13 de Mar. de 2024.

posições políticas [desses sujeitos adeptos do discurso colonial]" (Teixeira, 2021, p. 29).

Krenak, Silvestre e Santos (2021) chamam atenção para esse discurso, um discurso em que

o medo e a insegurança estão presentes e são convocados a apontar contra aqueles que foram escolhidos como inimigos responsáveis pela decomposição social. Segundo sua narrativa de ódio, estes são as mulheres, as pessoas trans, as pessoas negras, as pessoas indígenas, os espertalhões sem-teto, os vagabundos sem-terra, os jovens delinquentes, a população carcerária, os governos fracos, a democracia e suas leis brandas demais, os sistema que (em seus delírios) acolheria a todos os mencionados acima e aos seus defensores comunistas (Krenak; Silvestre; Santos, 2021, p. 58-59).

Como a citação acima endossa, as pessoas trans, as pessoas negras, as pessoas indígenas e os demais grupos marginalizados citados, são responsáveis por perturbarem a hegemonia da matriz cisheterossexual, por infringirem a *norma eurocentrada*. Logo, por não se adequarem a essas imposições reguladoras, manifestadas pela colonialidade do poder, do ser, do saber e de gênero, essas pessoas são consideradas indignas socialmente, *os outros* (Kilomba, 2019).

Bezerra e Souza (2023) argumentam acerca da necrobiopolítica, destacando que há um agenciamento social guiado pelos pilares da Colonialidade de Gênero, em que corpos dissidentes da cisheterossexualidade são julgados como matáveis, classificando quem é digno de viver com qualidade, de desfrutar direitos e de possuir voz audível na sociedade, e quem não é. "É que para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são *coisas*"(Freire, 2022, p. 62, grifos do autor).

Destacamos o uso da imagem da Deputada Federal Erika Hilton (PSOL/SP), figurante da cena política brasileira em prol das causas da comunidade LGBTQIA+ e de demais grupos marginalizados na sociedade, como as pessoas negras. Trazer a imagem de Erika na campanha, põe em evidência o amplo conhecimento político dos discentes, cientes das pautas discutidas no congresso nacional e dos políticos que as defendem.

As três campanhas refletem a posição dos/as discentes acerca das causas LGBTQIA+. Por mais que alguns/umas tenham demonstrados concepções de sexualidades e gêneros engessadas na repetição estilizada dos atos performativos de gêneros instituídos pela Colonialidade de Gênero, "com o objetivo estratégico de manter o gênero em uma estrutura binária" (Butler, 2018,

p. 11), percebemos um desenvolvimento crítico-reflexivo quando eles/elas pedem por justiça, equidade, amor, paz, união e afetividade para as pessoas LGBTQIA+.

A pesquisa possibilitou ampliar o horizonte dos/as participantes, ao apresentar as vivências de vidas outras que sofrem com imposições sociais que as realocam à marginalidade, ao silenciamento social, aos atentados, às violências e à morte. O trabalho com o Letramento Crítico Decolonial atua como fator essencial, pois é por meio da reflexão acerca da minha posição e das posições das demais pessoas na sociedade que redireciono minhas atitudes a um comprometimento de justiça social (Santos, 2018).

Por meio da ação interventiva da pesquisa-ação, estabelecemos uma relação em que o processo de desumanização do considerado como o *outro*, o não humano, é revelado. Já que "a desumanização, mesmo que um fato na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma 'ordem' injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos" (Freire, 2022, p. 41, grifos do autor).

DIÁLOGOS FINAIS

20

Ao tomarmos o Letramento Crítico Decolonial como uma das teorias principais deste trabalho, julgamos que o nosso emergir nessa teoria não acabou. Se quisermos que os nossos dizeres aqui façam valer, precisamos tomar a decolonialidade como um meio de vida, um *mandamento* a ser seguido indefinidamente. Nossas ações sociais, sejam aquelas consideradas banais (como nossas publicações e os perfis que seguimos no *Instagram*) ou as de impacto na vida das pessoas (a exemplo das nossas metodologias de ensino), precisam estar alinhadas com os ensinamentos decoloniais. Se não, nossas palavras aqui de nada valem. Precisamos concretizar essas palavras e não apenas manter tais pensamentos aprisionados em uma sequência de letras que tecem o texto. Assim, fazemos valer a transformação social que defendemos.

Uma transformação sustentada pelos pilares da equidade e da justiça social, comprometida com o direito à vida de todos os seres vivos. Mas, não apenas que tenham o direito de viver, porque viver não diz respeito somente ao ato de respirar e possuir um coração pulsando. Viver, em nossa percepção, significa usufruir de direitos plenos de cidadania, ter uma moradia, ter o que

comer, ter acesso à saúde e à educação, possuir um trabalho digno, amar e ser amado, possuir uma voz, e que essa voz seja audível e interpretada pela sociedade.

Ao retomar o objetivo deste trabalho, ou seja, analisar o desenvolvimento da criticidade de discentes de uma turma da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio em três campanhas produzidas tematizadas por questões de sexualidades e de gêneros, julgamos que a referida pesquisa evidenciou como podemos iniciar um processo de transformação social por meio da pesquisa-ação e da língua/linguagem. As discussões sobre sexualidades outras nas aulas de Língua Portuguesa demonstraram como a língua/linguagem constrói subjetividades humanas e formas de interpretá-las, bem como, possibilita desconstruções e novas formas de interpretação delas.

As brechas curriculares permitiram que a pesquisa-ação se embrenhasse pelos conteúdos pragmáticos tradicionais da disciplina de Língua Portuguesa, desenvolvendo esses conteúdos por meio de enunciados verbais e/ou verbo-visuais comprometidos com o ativismo de pessoas marginalizadas. Ao considerara os pressupostos da Linguística Aplicada Transviada, a gramática não foi deixada de lado, mas trabalhada de forma contextualizada com as situações sociais, considerando a língua em seu uso dinâmico e transformador.

Da mesma maneira que encontramos brechas no currículo de Língua Portuguesa da EJA permissíveis ao desenvolvimento desta pesquisa, professores/as de outras áreas e modalidades de ensino também podem buscar maneiras de trazerem para a sala de aula os conteúdos programáticos de forma que o debate acerca das causas sociais adentre os muros da escola. Assim, o fazer docente comprometido pela equidade e o respeito social pode ser estimulado nos mais diversos níveis de ensino e contextos, seja nos anos iniciais do Ensino Fundamental da escola do campo ou nos anos finais do Ensino Médio de uma escola situada na zona urbana.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. S. *Sexualidades Outras na Educação de Jovens e Adultos: o estímulo da criticidade como enfrentamento à colonialidade de gênero em aulas de Língua Portuguesa*. 2024. 166 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

- ASSIS, L. S.; SILVA, D. C. P. Discursos coloniais sobre gênero e sexualidade em enunciados da extrema-direita brasileira. *Diálogo das Letras*, v. 13, p. 01 - 17, 2024.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BEZERRA, F. *Linguística aplicada transviada: Gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectivas descolonial, interseccional e transdisciplinar*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.
- BEZERRA, S. S. Reflexões sobre colonialidade de gênero e letramento crítico em aulas no ensino médio. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, n. 4, p. 901-926, 2019.
- BRAIT, B. Construção coletiva da perspectiva dialógica: história e alcance teórico metodológico. In: FIGARO, R. et al. (Org.). *Comunicação e análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 79–98.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Chão da Feira*, n. 78, p. 1-16, 2018.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, A.; SILVESTRE, H.; SANTOS, B. S. *O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo*. Autêntica Editora, 2021.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 51 – 81.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.
- MENICONI, F. C.; IFA, S. Letramento Crítico Decolonial. In: LANDULFO, C.; MATOS, D. (Org.) *Suleando Conceito em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. p. 137-144.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.
- SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Autêntica, 2016.
- STELLA, P. R.; BRAIT, B. Tensão e produção de sentidos em Bakhtin e o Círculo. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 21, n. 1, p. 151-169, 2021.
- TEIXEIRA, T. *Decolonizar valores: ética e diferença*. Salvador, BA: Devires, 2021.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.
- TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WALSH, C. Introducción. Lo Pedagógico Y Lo Decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (Org.). *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir*. Quito-Ecuador, 2013.

Enviado em: 26 de março de 2025

Aprovado em: 20 de agosto de 2025